UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UERJ

FORA DE EMPRESTIMO

INSTITUTO DE MEDICINA SOCIAL

Série: Estudos em Saúde Coletiva nº 060

A QUALIFICAÇÃO DO ATENDENTE NO PROCESSO DE PROFISSIONALIZAÇÃO DA ENFERMAGEM José Luiz Teles de Almeida Outubro 1993

PS SESC 060



NIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO INSTITUTO DE MEDICINA SOCIAL



A QUALIFICAÇÃO DO ATENDENTE NO PROCESSO DE PROFISSIONALIZAÇÃO DA ENFERMAGEM

JOSÉ LUIZ TELES DE ALMEIDA

OUTUBRO/1993

Nº 60

Diretor: José C. Noronha

Conselho Editorial: Cid M. de Mello Vianna (Coordenador)

Michael Reichenheim Joel Birman

Eduardo Levcovitz

Revisora: Clara Recht Diament.

Secretária/Diagramação: Regina M. Anguiano Marchese

Nota: A série "Estudos em Saúde Coletiva" é uma publicação de textos para discussão do

Instituto de Medicina Social - IMS, de exclusiva responsabilidade do(s) autor(es).

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca do Instittuto de Medicina Social - UERJ

A447 Almeida, José Luiz Telles de

A qualificação do atendente no processo de profissionalização da enfermagem. / José Luiz T. de Almeida. -- Rio de Janeiro : UERJ/IMS, 1993.

20 p.— (Série Estudos em Saúde Coletiva; nº 60)

1. Enfermeiros - Treinamento, I. Título, II. Série.

CDU 614.253.5

Impressão e acabamento final: Gráfica da UERJ.

A QUALIFICAÇÃO DO ATENDENTE NO PROCESSO DE PROFISSIONALIZAÇÃO DA ENFERMAGEM

JOSÉ LUIZ TELLES DE ALMEIDA

I - Introdução

A enfermagem, dentre as demais profissões específicas da área da saúde, é bastante singular. Ela se constitui em pelo menos quatro categorias ocupacionais (o enfermeiro, o técnico de enfermagem, o auxiliar de enfermagem e o atendente de enfermagem). Existe uma intrincada interdependência entre essas categorias onde o enfermeiro, quantitativamente minoritário, exerce, ou deveria exercer, papel de liderança prática e intelectual em uma equipe com uma pretensa hierarquia interna.

A indefinição de um corpo de conhecimento específico (Almeida, 1986) e o devir histórico da constituição da enfermagem como prática institucionalizada contribuíram para que a hierarquia interna se estabelecesse apenas no plano formal. Na prática ocorre que as categorias ocupacionais hierarquicamente inferiores, sobretudo a de atendente de enfermagem, desempenham tarefas e atividades que deveriam ser exclusivas do enfermeiro.

A participação do atendente no mercado de trabalho traz repercussões tanto na qualidade da assistência prestada quanto na própria imagem profissional da

1

Médico, professor assistente da Escola Politécnica de Saúde da Fundação Oswaldo Cruz.

enfermagem. Essa categoria ocupacional somava 209.087 trabalhadores, ocupando mais de 60% do total de postos de trabalho de nível médio em enfermagem no país no ano de 1987 (Brasil, 1991). No ano de 1984 constatou-se que cerca de 41% dos atendentes no mercado de trabalho não tinham o primeiro grau de escolaridade completo (Cofen, 1985).

Uma relação direta entre a qualificação do trabalhador em saúde e a qualidade da assistência prestada é inevitável. Relacionam-se os altos índices de infecção hospitalar verificados em nossos hospitais, por exemplo, com os baixos índices de qualificação do pessoal envolvido na assistência hospitalar.

"O contato com o paciente é realizado na maioria dos hospitais brasileiros por atendentes e outros auxiliares (...). Empregadas domésticas, apenas alfabetizadas são freqüentemente colocadas em posição de considerável responsabilidade, sem qualquer treinamento; o que talvez explique parte da prevalência de doenças iatrogênicas, como a infecção hospitalar (...)". (Castro et alli, 1985)

Dada a significativa participação proporcional do atendente no mercado de trabalho em enfermagem — mais de 60% da equipe de enfermagem são compostos por atendentes -, o trabalho de enfermagem acaba sendo visível pela atuação dessa categoria ocupacional. Isso traz significados importantes para a profissão, pois fica identificada como aquela onde "qualquer um" pode atuar.

Observa-se nas sociedades contemporâneas, por outro lado, um fenômeno de profissionalização das ocupações. Assim ramos de atividades mais recentes,

como a fisioterapia, o digitador, o analista de sistemas e o programador, estes três últimos profissionais da área de informática, organizam-se em associações, estabelecem normas para o ingresso no mercado de trabalho e buscam sua legitimação como profissão organizada.

Na enfermagem, é possível identificar um movimento nesse sentido, principalmente a partir da criação dos Conselhos Federal e Regionais de Enfermagem — "órgãos disciplinadores do exercício da profissão de enfermeiro e demais profissões compreendidas nos serviços de enfermagem" (Carvalho, 1976) — e da regulamentação da nova lei de exercício profissional (Lei nº 7498/86) que estabelece ser privativo do enfermeiro. técnico de enfermagem, auxiliar de enfermagem e parteiro o exercício da atividade de enfermagem, devidamente inscrito no Conselho Regional de Enfermagem da respectiva região (Art. 1º do Decreto nº 94.406 que regulamentou a Lei nº 7498/86).

O atendente de enfermagem, categoria não amparada em lei e não preparada pelo sistema formal de ensino, torna-se peça-chave no processo de profissionalização da enfermagem, dadas as suas características no mercado de trabalho em saúde.

O atendente, para estar regularizado perante a legislação do exercício profissional de enfermagem, deve passar por um processo que o qualifique na categoria de auxiliar de enfermagem. Tal processo estaria sujeito a uma diversidade de fatores que extrapolam a mera análise da capacidade do setor de ensino de viabilizar tal qualificação, empreendimento realizado por alguns estudiosos da área (Vieira et al., 1986; Vieira, 1989).

Os padrões historicamente constituídos de exercício profissional da equipe de enfermagem, com uma pretensa hierarquia e clara estratificação social e, ainda, a pouca expressão numérica do enfermeiro no mercado de trabalho representariam obstáculos para uma efetiva qualificação do atendente.

A absorção do atendente pelo mercado de trabalho, por sua vez, não foi acompanhada por uma ação de controle pelos órgãos associativos de enfermagem, agravada por uma divisão na representação dos interesses da categoria (órgãos associativos), demonstrando que a harmonia da equipe não passaria de um exercício de abstração da realidade, marcada por conflitos internos entre as diferentes ocupações de enfermagem.

Buscou-se no presente texto, tendo por referência os pressupostos supracitados, caracterizar as etapas que a enfermagem teria que superar para a sua profissionalização, tendo por referência a teoria sociológica das profissões. Como nesse processo a escola desempenha papel importante, situamos as discussões mais recentes sobre a relação da escola com a sociedade.

Este texto é parte da dissertação aprovada pelo Instituto de Medicina Social atendendo ao requisito para a titulação de Mestre em Saúde Coletiva. O estudo baseou-se em levantamento bibliográfico de fontes secundárias de dados e da própria vivência do autor na área de assistência médica e de formação de pessoal de nível médio.

2 - Enfermagem e Processo de Profissionalização

A definição de profissão na sociologia consiste em "toda ocupação que exige e cria um corpo específico de conhecimento para atuar numa dada realidade organizacional/institucional" (Wilensky, 1970. Apud Marinho, 1986). A distinção entre profissão e ocupação se daria a partir de duas características básicas: toda profissão baseia-se em um corpo de conhecimento sistematizado adquirido a partir de uma qualificação, legitimada pelo sistema formal, pelo estabelecimento de um conjunto de normas pelas quais o profissional deve orientar a sua prática.

A primeira questão remete ao papel da escola, ou melhor, ao sistema de ensino que legitima um dado saber. A segunda, à organização da profissão em estabelecer um código de ética e implementar mecanismos de sua fiscalização. A enfermagem, através de uma lei do exercício profissional e de seus órgãos fiscalizadores impôs ao atendente o seu devido enquadramento. Trata-se pois de questões inerentes à constituição de uma profissão.

Um tratamento mais sistematizado sobre o conceito de profissão foi dado por Wilbert Moore (1970). Para esse autor, toda profissão:

- a) "é uma ocupação de tempo integral, ou seja, todo profissional vive de seu trabalho;
- se caracteriza pela presença de profissionais que se destacam pela vocação, ou seja, aceitam as normas e modelos apropriados e se identificam com seus pares;

- c) possui organização, isto é, os profissionais se organizam a partir da mútua identificação de interesses ocupacionais distintivos, visando, sobretudo, ao controle sobre acesso, seleção, proteção e regulação dos participantes, em geral adotando um código de ética que formaliza as normas de conduta dos profissionais;
- d) possui um corpo de conhecimento formal, específico e restrito, apreendido através de uma iniciação teórica, nas sociedades modernas, em geral em escolas de nível universitário;
- e) possui orientação para o serviço, isto é, destina-se a servir aos interesses dos clientes e da comunidade;
- f) possui autonomia, que se comparada à das existentes na Idade Média, está sendo exacerbada nas profissões modernas, em função de sua grande especialização." (Moore, 1970. Apud Marinho, 1986).

A enfermagem, ao longo de sua história, não conseguiu estabelecer um conhecimento específico, constituindo-se em um saber todo imbricado no saber da medicina, devidamente recortado para dar fundamento ao desempenho de sua prática (Almeida, 1986). Essa questão remete, por sua vez, à autonomia da enfermagem. A constituição da enfermagem moderna deu-se sob a subordinação da prática médica, levando a uma situação de total falta de autonomia profissional.

Essas constatações levaram os teóricos da sociologia das profissões a classificar a enfermagem, ou melhor, a ocupação de enfermeiro, como uma semiprofissão. Torna-se necessário a ressalva de que a sociologia das

profissões trata somente das ocupações com nível universitário de escolaridade. Em nosso estudo, entretanto, assumimos que o que está em processo de profissionalização é a área como um todo, ou seja, todas as categorias de enfermagem amparadas pela lei de exercício profissional (enfermeiro, técnico e auxiliar de enfermagem).

Essa postura nos obriga a relativizar a abordagem da sociologia das profissões, ainda que esta nos sirva de referencial para situarmos a enfermagem em um processo de profissionalização.

Alguns estudiosos da sociologia das profissões (Marinho, 1986; Machado, 1988) põem em questão certos atributos que definiriam uma "verdadeira" profissão. As bases cognitivas, por exemplo, apesar de sua importância, são relativizadas, dado que

"o sucesso e garantia profissional de uma atividade estão muito mais relacionados com o cenário político-econômico mais amplo do que com as bases cognitivas da mesma. Essas bases cognitivas são importantes mas não determinantes do processo de profissionalização". (Machado, 1988).

O processo de profissionalização, por outro lado, é enfocado no sentido de especificar os passos, ou etapas, que cada ocupação cumpre em direção à sua profissionalização. Para Wilensky (1970). esse processo típico cobre cinco estágios:

- a) o trabalho torna-se uma ocupação de tempo integral, em função da "necessidade social" da ocupação, com surgimento ou ampliação de mercado de trabalho;
- criam-se escolas para treinamento;
- c) cria-se a associação profissional;
- d) adota-se um código de ética, através do qual procura-se eliminar os desqualificados e inescrupulosos. (Wilensky, 1970 & Blakenship, 1980) (grifos nossos).

Pode-se afirmar que as cinco etapas descritas por Wilensky foram cumpridas pela enfermagem no Brasil, sendo que o movimento mais recente da categoria consiste em eliminar os desqualificados de seus quadros. Estes se constituíram nas categorias excluídas pela Lei do Exércicio profissional (Lei nº 7498/86), dentre as quais destacam-se os atendentes de enfermagem.

O devido enquadramento dos atendentes passaria, necessariamente, por um processo de qualificação formal pelo sistema de ensino, transformando-os em auxiliares de enfermagem. Na realidade, o sistema educacional tem grande importância, na medida em que a obtenção do título escolar constitui-se requisito necessário para o exercício de uma profissão e, ainda, é no sistema formal de ensino que se processam a transmissão e a produção do conhecimento.

O ingresso do atendente no mercado de trabalho deu-se sem qualquer exigência de qualificação anterior. Seu aprendizado ocorreu e tem ocorrido no próprio ambiente de trabalho, muitas vezes sem qualquer supervisão. Na maioria dos casos o atendente é

"admitido no hospital para limpeza, à medida que revelava certa habilidade na execução de técnicas de enfermagem, como aplicar injeções e fazer curativo, e pela dedicação aos doentes, ia aos poucos assumindo a responsabilidade do cuidado ao paciente, e até mesmo assumir toda a responsabilidade do serviço de enfermagem" (Alcântara, 1958).

Nas alternativas de qualificação existentes para o atual quadro de atendentes inserido no mercado de trabalho, coloca-se o desafio de articular duas dimensões fundamentais: o trabalho e a qualificação formal. Desse modo, cabe situar, para efeito da presente análise, autores que discutem a relação entre o mundo do trabalho e o mundo da escola, dado que os serviços não podem prescindir, na atualidade, do trabalho dessa categoria, seja por sua expressão numérica, seja por sua inserção no processo de trabalho, em última instância, dada a ausência de outro contingente de profissionais que pudesse substituí-la.

3 - Escola e Qualificação Profissional

Na produção teórica, a relação entre o modo de produção capitalista e a educação tem sido tema de importantes reflexões.

Saviani (1987), analisando as teorias educacionais, as têm em duas correntes:

- as que entendem a educação como um instrumento de equalização social, às quais denominou "teorias não-críticas", e
- as que entendem a educação como um instrumento de discriminação social, às quais denominou "teorias crítico-reprodutivistas".

As primeiras serviram ao discurso liberal desde o final do século XVIII, quando

"inicia-se a formação dos sistemas nacionais de ensino, alicerçada num preceito básico, que define competências e direitos: a educação é direito de todos e dever do Estado" (Machado, 1989).

Apesar de no nível discursivo a escola se colocar como única para todos, o desenvolvimento do sistema escolar sob o modo de produção capitalista deuse por diferenciação de classe social, produzindo e reproduzindo a divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual.

A segunda corrente teórica 1 buscou evidenciar o caráter de reprodução e inculcação de valores da classe dominante. A escola seria um "aparelho ideológico de Estado" com o objetivo implícito de legitimar a dominação de uma classe sobre a outra.

Essas teorias trouxeram à luz questões relevantes: a escola e, por sua vez, a educação, é determinada socialmente; a sociedade em que vivemos, fundada no modo de produção capitalista, é dividida em classes com interesse contraditórios; portanto, a escola (educação) sofre as conseqüências do conflito de interesses que caracteriza a sociedade. Entretanto,

"se tais estudos tiveram o mérito de pôr em evidência o comprometimento da educação com os interesses dominantes, também é certo que contribuíram para disseminar entre os educadores um clima de pessimismo e de desânimo (...)" (Saviani, 1987).

Alguns autores (Cury, 1989; Gadotti, 1983; Freitag, 1987), a partir de releitura de Gramsci, buscaram transcender a mera constatação do caráter reprodutivista da escola, situando-se no próprio processo de luta de classes. Assim, a

"educação vista nessa ótica é expressão contraditória do movimento real do capitalismo, o que implica vê-la no conjunto das relações sociais. Isto significa tentar captar em seu próprio funcionamento as condições que possam impedir a reprodução das estruturas existentes". (Cury, 1989)

Colocou-se em pauta a tarefa de repensar a relação entr a escola e o próprio processo produtivo nas sociedades contemporâneas.

O atendente, objeto da presente análise, por exemplo, não teve, e continua não tendo acesso à escola, e seu "adestramento" foi feito no próprio ambiente de trabalho. Este fato seria apenas uma disfunção do sistema ou o trabalho por ele realizado de fato, prescindiria da escola?

Um esforço no sentido de apreender a relação escola x trabalho foi empreendido por Salm (1980), que se empenhou em evidenciar a improcedência das teorias que vinculam direta e mecanicamente a educação

com o processo de desenvolvimento capitalista. O autor vai postular a tese de que é no

"seio da produção mesmo que devemos buscar a formação das qualificações requeridas e não numa instituição à margem, como é a escola. Vamos argumentar que nem a escola é capitalista, nem o capital precisa dela, como existe, para preparar o trabalhador." (Salm 1980)

A escola, sob este ponto de vista, nada teria a ver com a produção. Ficaria a seguinte questão: como explicar e justificar sua existência?²

Frigotto (1984) contrapôs a separação absoluta entre educação (escola) e processo produtivo (trabalho) feita por Salm (1980), a partir da análise da teoria do capital humano. Para o autor, as análises críticas da teoria do capital humano — de um lado aquelas que estabelecem um vínculo direto entre educação, treinamento e produtividade; e de outro aquela que postula que o capital prescinde da educação — teriam o viés de nivelarem práticas sociais de natureza distinta. Neste sentido, buscou-se demonstrar que

"as diferentes mediações que a prática educativa escolar estabelece com o modo capitalista de produção onde, no limite, a 'improdutividade', a desqualificação do trabalho escolar, uma aparente irracionalidade e ineficiência em face dos postulados da teoria do capital humano, constituem uma mediação produtiva" (Frigotto, 1984).

Se a escola desempenha uma mediação produtiva com o mundo do trabalho, este a compõem e a escola pode fazer dele a sua matéria prima, explorando suas contradições. Sob este ponto de vista, a escola pode ser "um instrumento eficaz na formulação das condições concretas da superação destas relações sociais (capitalistas) que determinam uma separação entre capital e trabalho, trabalho manual e intelectual, mundo da escola e mundo do trabalho" (Frigotto, 1984).

O autor se baseia no "legado teórico de Gramsci" para construir uma estratégia político-educacional vinculada aos interesses da classe trabalhadora. A concepção de "escola elementar única" de Gramsci, onde o trabalho se constitui o elemento de unidade dialética entre a dimensão política e técnica da prática educativa, representa a base de definição de uma nova proposta educacional.

Ao redimensionar a aparente improdutividade da escola frente ao mundo do trabalho, Frigotto mostra o quanto ela desempenha papel fundamental no processo de adequar o trabalhador ao mundo do trabalho (suas regras, seus rituais, seus valores etc.). Tem-se aqui, em um plano distinto de referencial teórico, o papel da escola no processo de profissionalização, segundo a sociologia das profissões.

O resgate teórico de Gramsci permitiu para o plano da escola o referencial do próprio mundo do trabalho. Kuenzer (1989), ao analisar o conceito de trabalho enquanto princípio educativo, coloca o pré-requisito de que o trabalho se constitui "uma atividade impulsioniada por motivos e necessidades construídas socialmente e direcionadas para a satisfação de necessidades sociais com

finalidade direta dos produtos do trabalho" (1989). No modo de produção capitalista, o trabalho é, em geral, baseado na propriedade privada e na competição. Muitas vezes o trabalho é reduzido a uma atividade cujo significado, para o trabalhador, é o de ganhar o pão de cada dia, não se constituindo em uma fonte de realização pessoal. Os dados disponíveis sobre a inserção do atendente no mercado de trabalho indicam que esse trabalhador não tem muitos motivos para satisfação pessoal.

O debate sobre a possibilidade de fazer do mundo do trabalho elemento fundamental do processo de aprendizagem parece-nos bastante pertinente quando se discute a qualificação do atendente. A proposta de retirar esse trabalhador de seu ambiente de trabalho e qualificá-lo no sistema tradicional (sala de aula) sugere ser inviável, pois poria em risco o funcionamento de muitos serviços de saúde, dado o atual quantitativo no mercado de trabalho.

A situação do atendente no mercado de trabalho sugere que sua escola é o próprio ambiente onde executa suas atividades profissionais. Caberia ao enfermeiro desempenhar o papel de instrutor e supervisor desses trabalhadores em seu processo de qualificação.

4 - Conclusão

O atendente de enfermagem, categoria sem qualquer qualificação formal, foi assumido, à medida que ia sendo absorvido pelo mercado de trabalho, responsabilidades cada vez maiores na assistência, incompatíveis com seu grau de instrução/qualificação. A dinâmica do mercado de trabalho, com predominância de interesses econômicos e político-clientelistas, contribuiu

para que essa parcela da força de trabalho se tornasse majoritária no interior da equipe de enfermagem.

A significativa participação do atendente no mercado de trabalho de enfermagem, aliada à baixa escolaridade e à falta de qualificação profissional, vem contribuindo para o pouco prestígio verificado na profissão.

O setor de ensino, por outro lado, tem se demonstrado incapaz de formular alternativas educacionais que dêem conta da complexidade da situação do atendente no mercado de trabalho. Predominam, no setor, interesses de lucro com cursinhos noturnos de suplência ou preparatórios para a prestação de exames de suplência. Não há uma articulação entre o setor educacional e a corporação de enfermagem para que se estabeleça um modelo de formação de pessoal consoante com o projeto profissional.

O setor saúde conseguiu estabelecer uma estratégia para qualificação desse pessoal no próprio ambiente de trabalho, mas vem enfrentando dificuldades para o reconhecimento legal de suas "escolas", devido a trâmites burocrático-legais do setor educação. Tal estratégia, também, tem merecido pouca atenção e apoio efetivo por parte do próprio setor público de saúde.

Caberia aos enfermeiros, no processo de qualificação dos atendentes, papel fundamental, uma vez que são estes os que levariam a termo essa qualificação nos próprios serviços de saúde. A literatura sobre a profissão identifica, no entanto, que os enfermeiros se sentem cada vez mais ameaçados em seu espaço profissional por não terem constituído um corpo esotérico de conhecimento que o caracterize como uma área de autonomia técnica e profissional. A crise do modelo assistencial "hospitalocêntrico"

contribuiu para agudizer uma crise no interior da enfermagem, crise esta que refletiria a falta de identidade profissioinal dos enfermeiros por seu afastamento da assistência, vinculando-se a atividades burocráticas.

Neste ponto o diagnóstico feito por Blanck (1987) sobre a crise e suas possibilidades de superação parece ser pertinente ao nosso objeto de análise, pois que, para a sua superação, o enfermeiro deveria assumir

"de fato uma vinculação com a assistência de enfermagem, onde a sua função básica seria a de coordenação, tanto da assistência quanto da equipe de enfermagem. Para tanto, é essencial que a enfermeira se una com os demais agentes da enfermagem, visando à elaboração de uma proposta de trabalho conjunta (...) sua nova função de coordenação deve ser entendida como uma atividade coletiva (...), e não uma atividade de chefia que detém o saber e o poder (...)". (Blanck, 1987)

A participação do atendente na equipe de enfermagem não pode ser resolvida, apenas, através de legislação de exercício profissional, colocando o problema na esfera penal de exercício ilegal da profissão. Ao enfermeiro cabe a liderança do processo de qualificação dessa parcela da força de trabalho tendo por referência o seu projeto profissional. As evidências parecem mostrar que esse projeto não está claro para a categoria.

A produção teórica em enfermagem tem o desafio de buscar referenciais teórico-metodológicos que possibilitem avançar na proposta pedagógica do trabalho como princípio educativo e, por conseqüência, desvelar o próprio

processo de trabalho em enfermagem nas suas relações internas e externas. A qualificação do atendente e, mesmo, da equipe de enfermagem envolve a superação da dicotomia trabalho manual/trabalho intelectual. Ao que parece, vai caber aos enfermeiros desempenhar o papel de "instrutor" dessa força de trabalho e, por conseqüência, parcela considerável de responsabilidade pelos rumos tomados à profissão.

A qualificação do atendente deve ser, necessariamente, inserida nesse contexto de repensar a prática de enfermagem, sob o risco de haver apenas uma mudança de nome da categoria, de atendente para auxiliar de enfermagem. O processo de qualificação do atendente não pode ser desvinculado do próprio processo de profissionalização da enfermagem.

Notas

- Dentre as teorias que buscaram caracterizar a função da educação em reforçar a ideologia burguesa e, assim, legitimar as diferenças de classe, Saviani (1987) destaca três delas que tiveram maior repercussão e que alcançaram um maior nível de elaboração. São elas: a) "teoria do sistema de ensino enquanto violência simbólica" desenvolvida por P. Bourdieu e J.C. Passeron; b) "teoria da escola enquanto aparelho ideológico de Estado" desenvolvida por Louis Althusser e; c) "teoria da escola dualista" elaborada por C. Baudelot e R. Establet (1987, p. 20).
- Salm conclui que a formação da cidadania seria uma possível justificativa para a existência da escola sob o modo de produção capitalista. Ver Salm, C. Escola e Trabalho. São Paulo, Brasiliense, 1980.
- Sobre o Projeto Larga Escala, ver: Brasil. Ministério da Previdência e Assistência Social/INAMPS. Programa de Formação de Pessoal de Nível Médio. Brasília, 1987; SANTOS, I. dos; SOUZA, A.M. de A. & GALVÃO, E. de A. Subsídios para a Formulação de uma Política de Profissionalização para o Pessoal de Enfermagem, Sem Qualificação Específica, Empregado no Setor Saúde-Brasil. In: Educación Médica y Salud. Vol. 22, nº 2, 1988; SANTOS, I. dos & SOUZA, A.M. de A. A Formação de Pessoal de Nível Médio pelas Instituições de Saúde: Projeto Larga Escala, uma experiência em construção. In: Saúde em Debate. CEBES, (24):61-64, 1989.

Bibliografia

- ALMEIDA, M.C.P. de & ROCHA, J.S.Y. O Saber de Enfermagem e sua Dimensão Prática. São Paulo, Cortez, 1986.
- ANTUNES, J.L.F. Hospital: Instituição e História Social. São Paulo, Letras & Letras, 1991.
- BLANCK, V.L.G. Contribuição ao Estudo da Prática de Enfermagem. Rio de Janeiro, FIOCRUZ, 1987. Tese de Mestrado apresentada à Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz.
- BLANCK, V.L.G. Sistema Único de Saúde: Diretrizes para a Formulação de Política de Recursos Humanos. Brasília, 1989.
- CARVALHO, A.C. de Associação Brasileira de Enfermagem 1936/1976 (documentário). Brasilia, Folha Carioca, 1976.
- CASTRO, C.M. et alli. A M\u00e3o Invisível nos Servi\u00fcos de Sa\u00fcde: Ser\u00e1 que Ela Cura? In: Cadernos de Sa\u00fcde P\u00fcblica. Rio de Janeiro 1 (4):418-431, 1985.
- CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. O Exercício da Enfermagem nas Instituições de Saúde no Brasil: 1982-1983. Rio de Janeiro: COFEN/ABEn, 1985, v. 1, 236 p.
- CORDEIRO, H. de A. As Empresas Médicas: As Transformações Capitalistas da Prática Médica. Rio de Janeiro, Graal, 1984.
- CORDEIRO, H. de A. A Indústria da Saúde no Brasil. Rio de Janeiro, Graal, 1985.
- CUNHA, L.A. & GÓES, M. de. O Golpe na Educação. Rio de Janeiro, Zahar, 1985.
- DONNANGELO, M.C.F. & PEREIRA, L. Saúde e Sociedade, São Paulo, Duas Cidades, 1976.
- DONNANGELO, M.C.F. & PEREIRA, L. Medicina e Sociedade: O Médico e Seu Mercado de Trabalho. São Paulo, Pioneira, 1975.
- FREITAG, B. Política Educacional e Indústria Cultural. São Paulo, Cortez Autores Associados, 1987.
- FRIGOTTO, G. A Produtividade da Escola Improdutiva; um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista. São Paulo, Cortez Autores Associados, 1984.
- GERMANO, R.M. Educação e Ideologia da Enfermagem no Brasil. 2ª ed. São Paulo, Cortez, 1985.

- GIRARDI, S.N. O Perfil do Emprego em Saúde no Brasil. In: Cademos de Saúde Pública. Río de Janeiro, MS, FIOCRUZ, ENPS, Vol. 2, n. 4, out/dez, 1986.
- MACHADO, L.R. de S. Politecnia, Escola Unitária e Trabalho. São Paulo, Cortez Autores Associados, 1989.
- MARINHO, J.M.C.M. Profissionalização e Credenciamento: A Política das Profissões. Rio de Janeiro, SENAI/DN/DPEA, 1986.
- MARINHO, J.M.C.M. A Força de Trabalho em Saúde no Brasil dos Anos 70: percalços e tendências in Médici, A. C. (org.). Textos de Apoio: Planejamento I: Recursos Humanos em Saúde. Rio de Janeiro, PEC/ENSP/ABRASCO, 1987.
- MARINHO, J.M.C.M. Emprego em Saúde na Conjuntura Recente: Lições para a Reforma Sanitária. In: Cademos de Saúde Pública. Rio de Janeiro, MS, FIOCRUZ, ENSP, vol. 2, nº 4, out/dez, 1986.
- MELO, C.M.M. de. Divisão Social do Trabalho e Enfermagem. São Paulo, Cortez, 1986.
- OLIVEIRA, J.A. de A. & TEIXEIRA, S.M.F. (Im)Previdência Social: 60 anos de história da Previdência no Brasil. Petrópolis, Vozes, 1985.
- RIBEIRO, C.M. Enfermagem em Equipe: uma filosofia de trabalho. Revista Paulista de Hospitais, 7:355-336, jul. 1973.
- RODRIGUEZ NETO, E. Os Caminhos do Sistema Único de Saúde no Brasil: algumas considerações e propostas. NESP/FS/UnB/CSP, março de 1990 (mimeo).
- SALM, C. Escola e Trabalho. São Paulo, Brasiliense, 1980.
- SAVIANI, D. Política e Educação no Brasil: o papel do Congresso Nacional na Legislação do Ensino. São Paulo, Cortez, 2ª ed. 1988.
- SAVIANI, D. "Análise Crítica da Organização Escolar Brasileira através das Leis 5.540/68 e 6.592/71". In: GARCIA, W.E. (org.), Educação Brasileira Contemporânea: Organização e Funcionamento, São Paulo, McGraw-Hill, 1976, pp. 174-194.
- VIEIRA, A.L.S. Formação do Atendente de Enfermagem no Brasil: Um Desafio. In: Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, 6(1):62-73, jan/mar, 1990.
- VIEIRA, A.L.S O Atendente de Enfermagem no Estado do Rio de Janeiro: Classificação da Demanda para Profissionalização. Tese (Mestrado em Saúde Coletiva) - Centro de Ciências Biológicas/Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 1992.
- WARDE, M.J. Educação e Estrutura Social: a profissionalização em questão. São Paulo, Moraes, 3ª ed. rev., 1983.

TEXTOS PUBLICADOS

- 1993 -

041 - Fiori, José Luis. Para uma Economia Política do Estado	FC -
Brasileiro.	56 p
042 - Campos da Paz, Mariza. Agentes de Saúde, Agentes de Cidadania.	24 p
043 - Ferraz, Regina Coeli Franco. A Medicalização dos Hospitais no	
Século XIII: a proposta de reforma hospitalar no discurso da	40
Encyclopédie.	16 p
044 - Guimarães, Reinaldo. Os Mecanismos de Avaliação em Ciência	00
Tecnologia no Brasil.	80 p
045 - Birman, Joel. Sujeito e Estilo em Psicanálise: sobre o Indetermi-	20 -
nismo da Pulsão no Discurso Freudiano.	32 p
046 - Mattos, Ruben Araujo de. O Processo de Construção Conceitual	40 -
do Método CENDES/OPS.	40 p
047 - Bezerra Jr., Benilton e Sayd, Jane Dutra. Um Mestrado Certo para	
um Momento Preciso; Sayd, Jane Dutra. As Dissertações do	40 -
Mestrado em Medicina Social 1978-1990 - uma crônica.	40 p
048 - Luz, Madel T. Relações entre o Adolescente e a Sociedade Atual:	16 -
Institucionalização, Violência e Disciplina.	16 p
049 - Vianna, Cid Manso de. O Legado de Prometeu: alguns Prolegômenos	20 -
sobre Tecnologia e Qualificação em Saúde.	20 p
050 - Werneck, Guilherme Loureiro. Queimaduras Severas na Infância, I:	48 (
estágio atual do conhecimento e metodologia do estudo.	40
051 - Fiori, José Luis. Ajuste, Transicion y governabilidad: el enigma	80 p
Brasilero - Version Preliminar.	40 p
 052 - Herzlich, Claudine. Os Encargos da Morte. 053 - Reichenheim, Michael Eduardo. Otimizando efetividade e eficiência 	40
na avaliação antropométrica de rotina: um procedimento baseado	
na avaliação de dois indicadores.	24 p
054 - Birman, Joel. <i>Dionisios Desencantado</i> .	16 0
055 - Vianna, Cid Manso de M. Complexo Médico-Industrial: notas	101
metodológicas.	44 5
056 - Guimarães, Reinaldo. O Fomento em C&T nos Anos 90:	44,
Possibilidades e Requisitos.	48 p
057 - Levcovitz, Eduardo e Pereira C.; Ruth Telma. SIH/SUS (Sistema AIH):	
Uma Análise do Sistema Público de Remuneração de Internações	
Hospitalares no Brasil - 1983 - 1991.	83 [
058 - Arruda, M.C., Déa e Mandelli, J. Marcos. Autonomia Administrativa	
para Estabelecimentos Públicos de Saúde: Subsídios para	
Discussão.	40 p
059 - Teixeira, Luiz Antonio. Medo e Morte: Sobre a Epidemia de	
Gripe Espanhola.	32 p